

A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.9 MAI / JUN '17 preço 1.00 Solidariedade 2.00



A ALIMENTAÇÃO DOS
TRABALHADORES P4

PORQUÊ CELEBRAR O
1º DE MAIO P6

A INDÚSTRIA DOS
CALL CENTERS P12



Manifestação do 1º de Maio de 1974, arquivo de José Pacheco Pereira, autor desconhecido

PELAS 35 HORAS PARA TODOS

RUMO A UM PLANO NACIONAL DE PLENO EMPREGO

LUTAR PELOS TRABALHADORES

A Dívida não é dos trabalhadores, suspensão imediata do pagamento da dívida. Reembolso, mediante prova, dos pequenos aforradores e anulação dos títulos dos especuladores.

Nenhum sacrifício pelo euro. Anulação de todas as medidas de austeridade desde o 1º Plano de Estabilidade e Crescimento de 2010.

Fim do segredo comercial, temos o direito de saber para onde vai a riqueza produzida, divulgação pública de todos os livros de contas das empresas públicas e privadas.

Fim do sigilo bancário e fiscal para todas as empresas e para os ricos. Transparência total em todas as actividades financeiras e comerciais, em especial dos grandes grupos económicos. Fim dos offshores.

A riqueza da sociedade pertence a quem produz. Nacionalização, sob controlo dos trabalhadores e utentes, dos sectores chave da economia (água, energia, saúde, educação, transportes, comunicações, banca, seguros).

Não à privatização da Saúde, Educação e Segurança Social. O Estado Social pertence a quem trabalha e deve estar ao serviço do povo trabalhador. Criação de um plano de investimento público de reconstrução dos serviços públicos e de produção social e ambientalmente útil.

Aumento imediato do salário mínimo para os 900€, e a sua indexação à inflação e produtividade, para as grandes empresas e aumento progressivo para pequenas e médias. Aumento imediato das reformas e pensões mínimas para esse valor.

Redução da semana de trabalho para as 30 horas sem perdas salariais. Dividir o trabalho disponível pelos trabalhadores disponíveis com a elaboração de um plano de pleno emprego digno, social e ambientalmente útil.

A habitação é um direito fundamental, não pode ser um negócio. Parar todos os despejos, anulação da nova lei de arrendamento. Nacionalização das grandes empresas imobiliárias e criação de um plano de habitação digna e universal, com rendas adequadas ao nível de rendimento de cada agregado familiar.

Repor todos os cortes na Educação, dotar 10% do Orçamento para a Educação. Passe gratuito para todos os estudantes até aos 25 anos, aumento das bolsas de acção social e fim das propinas. Fim ao RJIES e a Bolonha. Apoiar a livre associação cultural, política e desportiva dos jovens através da construção de infraestruturas e espaços a nível local.

Acabar com a brutalidade policial e com o racismo institucional do sistema criminal, investir em reabilitação, formação profissional e emprego digno, não em prisões. Legalização total e direitos iguais para todos os trabalhadores imigrantes.

QUEBRAR O BIPARTIDARISMO DO CAPITAL

Por uma Frente Unida entre PCP, BE, esquerda extra-parlamentar, Sindicatos e movimentos sociais que construa pela base uma real alternativa social e política à alternância do Capital entre PS e PSD-CDS.

Por um programa Socialista que realmente responda à crise. O capitalismo não tem soluções. Por um plano económico democrático baseado nos interesses da vasta maioria e do ambiente. Defender a Democracia Socialista contra a Ditadura dos Mercados.

SOCIALISMO E INTERNACIONALISMO

O Capitalismo produz pobreza, desigualdade, destruição ambiental e guerra. Precisamos de uma luta internacional contra este sistema.

Solidariedade com as lutas dos trabalhadores e oprimidos internacionalmente – uma agressão a um é uma agressão a todos. Contra a UE dos patrões e especuladores, por uma Europa dos trabalhadores, livre e socialista.

Defender sempre uma posição independente da classe trabalhadora nos conflitos imperialistas e neocoloniais.

O QUE É O COMITÉ POR UMA INTERNACIONAL DOS TRABALHADORES?

O CIT é uma organização comunista internacional presente em mais de 50 países e todos os continentes.

Lutamos pelo fim da exploração capitalista que produz a miséria da maioria e a opulência da minoria, enquanto gera uma catástrofe ambiental. Queremos a planificação racional e ecológica da economia mundial sob o controlo democrático de todos os trabalhadores — o Socialismo.

Se deseja assinar A Centelha, envie o seu contacto e faça o pedido para o nosso email

socialismohoje.wordpress.com
socialismo.revolucionario.cit@gmail.com
96 959 02 08

**PS: UM MAL CADA VEZ MAIOR****Editorial**

Depois de injectar 4,9 mil milhões de euros no Novo Banco para o entregar a custo zero aos especuladores da empresa estado-unidense *Lone Star*, garantindo ainda outros 3,9 mil milhões de euros para cobrir qualquer crédito mal-parado — ou seja, depois de despejar a riqueza produzida por todos os trabalhadores em Portugal nos bolsos de capitalistas estado-unidenses, o PS apresenta um novo “Plano de Estabilidade e Crescimento” (PEC). O carácter deste governo revela-se exactamente aquele que foi denunciado vez após vez n’A Centelha: um governo de defesa dos interesses do capital, disposto, se preciso for, a matar à fome para salvar lucros.

COSTA COMO PASSOS

Passados 7 anos a viver sob sucessivos planos de austeridade, os trabalhadores aprenderam a desconfiar quando dizem que os burocratas de Bruxelas estão satisfeitos com o governo português. Esses burocratas falam sempre partindo da posição da classe que destrói os serviços públicos, corta os salários e impõe uma vida de insegurança. Recorrendo à célebre frase de Luís Montenegro, líder da bancada do PSD, para eles, “a vida das pessoas não está melhor, mas a vida do país está muito melhor!”

A “geringonça”, se inicialmente foi o alvo das terríveis ameaças bruxelenses, após escassos meses de governo, passou a ser o alvo de elogios bruxelenses. A imprensa internacional apresenta-a hoje como a prova de que é possível cumprir as “metas” e recuperar rendimentos — em suma, como a prova de que toda a raiva dos trabalhadores é infundada. No final de contas, por que falamos nós em socialismo e revolução? Precisamos tão somente de um governo responsável, dizem-nos estes economistas.

Como é óbvio, isto não passa de ruído. A execução orçamental de 2016, com os seus números, conta uma história muito diferente. Graças aos impostos sobre o con-

sumo a carga fiscal aumentou cerca de 660 milhões, segundo o Relatório do Conselho de Finanças Públicas. Simultaneamente, a despesa com as Parcerias Público-privadas (PPPs) aumentou, e juntaram-se a estas mais universidades privatizadas sob o regime de “fundação”, o que não significa outra coisa senão que o dinheiro surripiado aos trabalhadores está a ser entregue aos capitalistas em quantidades crescentes. A dívida “pública”, tal como nos anteriores governos, aumentou igualmente em mais de 9 mil milhões de euros. A redução do défice foi conseguida através de um corte de 1,2 mil milhões de euros no investimento público, aproximando ainda mais os serviços públicos do seu previsível colapso.

Enquanto tudo isto acontecia, vivemos o ano com o menor número de greves da última década. Agora, embriagado pela confiança ganha em tantos meses de paz social, o PS prepara-se para um ataque devastador aos trabalhadores.

É o próprio Eugénio Rosa, na sua análise do novo PEC, quem o admite: «O governo pretende que, entre 2016 e 2021, o défice orçamental passe de -2% do PIB, um valor negativo, para um superavit de +1,3%. Mas se excluirmos os juros, o saldo primário passa, no mesmo período, de +2,7% para +4,9% do PIB, portanto um aumento do excedente em 81%, o que é enorme e só possível com uma política de forte austeridade desaconselhável num contexto de crescimento económico reduzido.»

“Forte austeridade”! O novo PEC de Costa faz inveja ao próprio Sócrates, o primeiro “engenheiro” de PECs com quem o PS presenteou os trabalhadores. Pretendendo ir além do Tratado Orçamental Europeu, também conhecido por Tratado de Austeridade, o governo planeia, entre 2016 e 2021, cortes nas prestações sociais de 6,3% e de 7,5% na despesa pública total, e ainda cortes nos salários dos trabalhadores do Estado — mais destruição do emprego público —, tudo para o bem das rendas do capital financeiro.

Que diferenças restam agora entre Costa e Passos?

O PREÇO QUE A ESQUERDA PAGA

Uma das últimas sondagens dá ao PS 42% das intenções de voto e ao PSD 24,6%. PCP e BE mantêm-se abaixo dos dois dígitos nas várias sondagens, rondando 8% e 9%, respectivamente. Isto acontece num momento em que a Europa é varrida pela mais grave crise política desde a Segunda Grande Guerra, num momento em que a democracia liberal se encontra desacreditada como nunca antes, fazendo ruir o bipartidarismo que a sustenta. Em Portugal, pelo contrário, PCP e BE suportaram o peso da crise política, apoiaram um PS cambaleante e agora sofrem as primeiras e mais suaves consequências.

O aviso que fazemos não é novo: se as direcções do PCP e do BE não apelarem a um plano de luta de toda a classe trabalhadora e dos jovens, se não agitarem greves, protestos e todo o tipo de acções que aumentem de intensidade até que as necessidades urgentes dos explorados obtenham resposta, pagarão um pesado preço quando se virem associados à austeridade que o PS se prepara para aplicar.

A burguesia, pela boca de um dos seus mais fiéis mordomos, o já aqui referido Montenegro, coloca a possibilidade de alterar o sistema eleitoral para que em Portugal, à semelhança da Grécia, o partido mais votado nas eleições legislativas tenha direito a 50 deputados extra. Isto pode parecer paradoxal num momento em que o PSD desce nas sondagens, mas não é. A burguesia revela assim o seu receio de situações como a presente, em que um governo seu se vê dependente da esquerda e se sente condicionado na sua governação pela ameaça de greves e de protestos.

Contudo, a continuar as suas manobras de desmobilização e desorganização da classe trabalhadora, o que as direcções da esquerda parecem querer provar é que esse receio da burguesia é infundado. Cabe aos trabalhadores organizados nos partidos, sindicatos e comissões de trabalhadores provar o contrário!

A CONDIÇÃO ALIMENTAR DOS TRABALHADORES

Tomás Nunes

O Inquérito Alimentar, um inquérito realizado entre 2015 e 2016 a mais de 6000 cidadãos portugueses, já foi publicado e os dados que revela são preocupantes. A população portuguesa está longe de ter uma alimentação saudável e apresenta taxas elevadas de sedentarismo. Algumas das conclusões são que:

- 1 em cada 2 pessoas não consome a quantidade de fruta e hortícolas recomendada pela OMS;
- Aproximadamente 17% da população consome pelo menos um refrigerante ou néctar por dia;
- Cerca de 95% da população consome açúcares simples acima do limite recomendado pela Organização Mundial de Saúde (OMS);
- Consome-se em média 7,3 g de sal por dia, quase o dobro do recomendado;
- Aproximadamente 65,5% das mulheres e 85,9% dos homens apresentam uma ingestão de sódio excessiva;
- 10% das famílias tiveram dificuldade em fornecer alimentos suficientes a toda a família devido à falta de recursos financeiros — a maioria destas famílias tem menores;
- Apenas 41,8% dos inquiridos praticam

regularmente actividades físicas;

- 5,9 milhões de Portugueses sofre de obesidade ou pré-obesidade.

Escusado será dizer que quem sofre mais nesta situação é a classe mais numerosa, a classe trabalhadora. Assim, não é de estranhar que entre 2006 e 2015 os encargos do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com uso em ambulatório de anti-diabéticos tenham aumentado 269%, com 168 diagnósticos diários de diabetes. Entende-se também perfeitamente como, em Portugal, três pessoas por hora são vítimas de AVC.

Sendo a alimentação parte da vida quotidiana, poderá parecer que a solução é da responsabilidade de cada um. Na verdade, a única forma de conquistar o direito a uma alimentação saudável é derrubando o capitalismo.

O modo de produção capitalista foi capaz de elevar a produção e distribuição de alimentos a níveis nunca antes vistos na História. Hoje, encontram-se produtos originários dos cinco continentes e que implicaram o trabalho especializado de milhões de outros trabalhadores pelo mundo. A especialização e a industrialização capitalistas permitiram criar uma abundância alimentar capaz de erradicar a fome, a nível mundial.

No entanto, as contradições próprias do

sistema também se manifestam na alimentação e agricultura. Trabalhadores sem dinheiro para consumir o mesmo alimento que colheram da terra onde vivem, apenas para o verem viajar de avião para ser consumido a preços exorbitantes noutras localidades. Isto acontece porque a produção e distribuição de alimentos é controlada e dominada por algumas empresas multinacionais. O seu fim não é satisfazer as necessidades humanas, é garantir a acumulação de capital nas mãos de uma minoria. Por essa razão, são desperdiçadas toneladas de comida todos os dias, ecossistemas são arrasados em pouco tempo, em busca do lucro fácil e não para produzir alimentos nutritivos e seguros para todos.

A “SOLUÇÃO” LIBERAL

Todos os anos são gastas toneladas incontáveis de papel na produção de literatura sobre nutrição e exercício físico. Uma grande parte dessa literatura é financiada por empresas agroalimentares como a Coca-Cola, a Nestlé e a Monsanto ou por empresas de “bem-estar” que são propriedade de multinacionais, como a Vitamin Water (marca da empresa Coca-Cola). A mensagem dessa literatura é invariavelmente que a culpa é

dos indivíduos, não das empresas alimentares. A saúde é tratada não como o produto de relações sociais, entre as quais está a exploração assalariada, mas antes como uma escolha individual.

Esse discurso dominante, impregnado de moralismo, culpa o trabalhador pelo seu estado de saúde. Não tem em conta que é mais barato obter calorias em refeições instantâneas e refrigerantes do que obtê-las em carnes magras, peixe, verduras e frutas. Além disto, a preparação de uma refeição saudável e completa demora imenso tempo. Como é que a maioria da classe trabalhadora, com salários miseráveis e jornadas de trabalho acima das 8 horas, poderia ter uma alimentação saudável?

COMIDA “NATURAL”?

Quando a comida industrialmente processada se massificou, a partir da segunda metade do século XX, trazia consigo promessas de saúde, de tempo livre e de igualdade alimentar. No entanto, produzidas segundo a lógica de acumulação capitalista, estes produtos frustraram todas estas promessas.

O mercado focou-se na comercialização de calorias de ingestão e digestão rápidas, que acompanhassem também o aumento do ritmo de trabalho. Alimentos ricos em gorduras saturadas, em açúcares simples e em sódio e pobres em nutrientes essenciais, tais como vitaminas, proteínas, glicídios complexos e fibras. Nas últimas décadas, a par do surgimento das cadeias de *fast-food*, os produtos alimentares que vemos nos espaços comerciais são cada vez mais deste tipo. Referimo-nos às refeições pré-feitas, aos refrigerantes — que contêm quantidades proibitivas de açúcar —, aos *snacks* e às carnes repletas de hormonas sintéticas e antibióticos. Ou seja, os produtos alimentares disponíveis nas superfícies comerciais são maioritariamente calorias sem valor nutritivo.

Esta comida industrialmente processada é desenhada e produzida para atrair e viciar. É pensada apenas com um objectivo: o lucro! E promovida agressivamente, através da publicidade, na rua, na televisão, na *Internet* e em todos os espaços públicos pos-

síveis.

Compreensivelmente, é comum acreditar-se que a solução será voltar à comida apelidada de “natural” ou “biológica”. Esta solução pretende substituir os produtos ditos da agricultura convencional e os produtos processados já referidos por alternativas “biológicas”, “light” e “naturais”. Este tem sido um mercado em expansão sobretudo entre as camadas intermédias da sociedade, mas normalmente estão inacessíveis à maioria dos trabalhadores, devido aos preços praticados. Além disso, este caminho é uma reedição de “esquerda” da solução liberal.

A solução não passa pela regressão tecnológica, nem pela produção local e individual de cada conjunto de trabalhadores. Não podemos voltar a consumir o nosso tempo com pequenas unidades de produção, terrenos de baixo rendimento e soluções que dependem estritamente das condições naturais e climáticas.

CONTROLO E SUSTENTABILIDADE ALIMENTAR

Para inverter a situação alimentar da classe trabalhadora é necessário propor medidas que eliminem de vez o controlo de meia dúzia de empresas sobre a alimentação de milhões de pessoas. Os meios de produção têm de ser socializados — máquinas, sementes e restante tecnologia —, tem de ser instaurado um controlo democrático da indústria alimentar que, sob uma planificação económica, vise suprir as necessidades de todos os trabalhadores, de maneira saudável e sustentável para o meio ambiente. Através da investigação pública e aplicação das mais novas técnicas de produção é perfeitamente possível garantir a boa nutrição e a segurança alimentar. Esta investigação permitirá ultrapassar a utilização de químicos nocivos para a saúde, utilizando outros que sejam seguros e em benefício da produção alimentar. A automatização da produção, quando socializada, libertará o trabalhador agrícola de tarefas morosas e cansativas, integrando-o no esforço de planificação e gestão democrática dos terrenos.

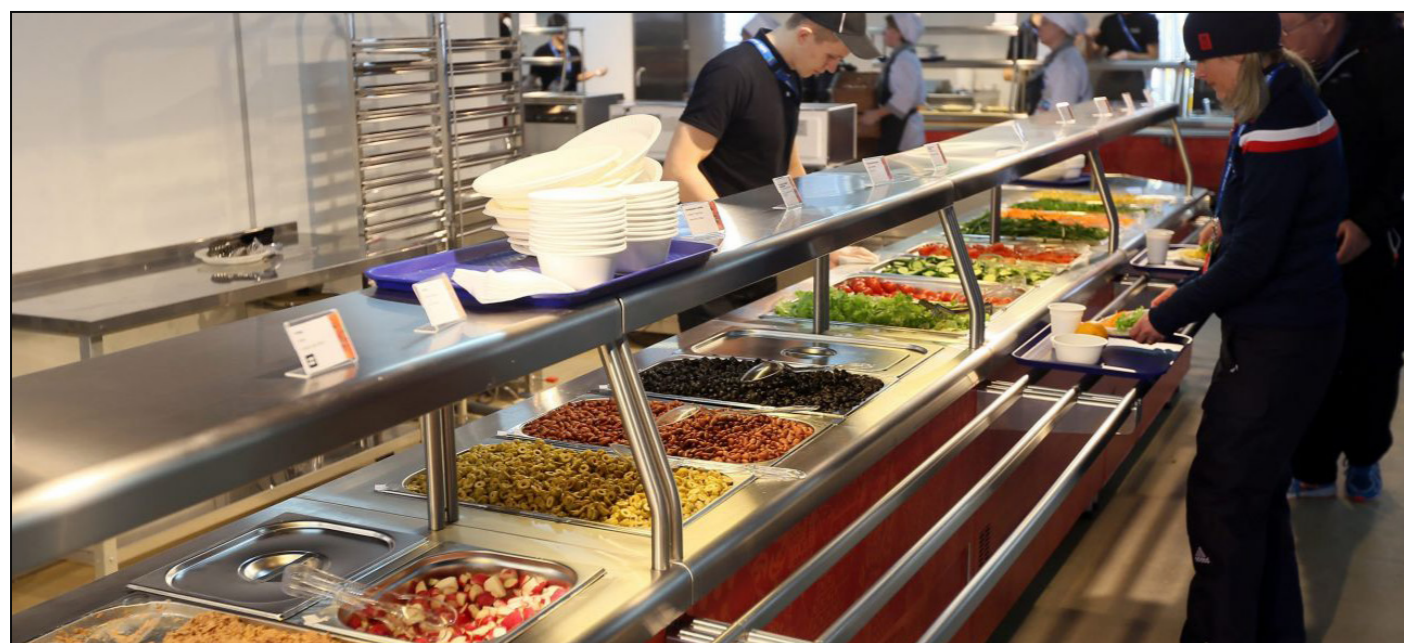
Mas para executar esta revolução agrária, é necessário organizar politicamente os assalariados agrícolas e lutar pela melhoria

geral das suas condições laborais. Nos últimos anos, têm cada vez mais surgido notícias de casos de sobre-exploração de trabalhadores agrícolas no Alentejo e Algarve, e mesmo casos de escravatura. Estes últimos recorrem exclusivamente a força de trabalho migrante, aproveitando a situação de fragilidade em que estes trabalhadores indocumontados se encontram ou enganando-os com promessas de trabalho.

O movimento organizado dos trabalhadores deve tomar esta luta como sua, já que diz respeito a todos os trabalhadores e suas famílias. É também importante ligar a luta por uma alimentação saudável à luta pela Saúde Pública, assim como à melhoria generalizada das condições de vida dos trabalhadores e ao controlo de preços na cadeia de distribuição, impedindo a especulação sobre os produtos. Apenas a socialização da indústria alimentar, dando o poder de decisão aos trabalhadores que produzirão a comida e a consumirão, pode de facto garantir a nossa segurança alimentar.

O SR BATE-SE POR:

- Um salário mínimo determinado a partir dos custos necessários a suprir as necessidades básicas de uma família — habitação, alimentação, saúde, educação e transportes;
- A nacionalização da banca — indispensável para a planificação da economia nacional;
- Um plano nacional para alcançar o pleno emprego com a progressiva redução do horário de trabalho;
- A expropriação de todas as terras incultas dos grandes proprietários e a sua reorganização sob um plano nacional de produção e distribuição que vise alcançar a segurança e a soberania alimentar;
- A organização de uma rede nacional de refeitórios públicos equipados para servir refeições saudáveis a um custo acessível a todos os trabalhadores;
- O aumento do investimento na ciência e investigação para desenvolver tecnologias agrícolas ecológicas e, no menor espaço de tempo possível, garantir a sustentabilidade ambiental do sector.





Manifestação do 1º de Maio em 1974, foto da revista Paris Match

PORQUÊ CELEBRAR O 1º DE MAIO

Alexandre Messias

Passados 128 anos desde que o 1º de Maio se tornou uma celebração anual, não podemos deixar de nos interrogar: justifica-se ainda tal celebração? Passado mais de um século desde que quatro trabalhadores em Haymarket, Chicago, foram mortos pela polícia durante uma greve pelas 8 horas de trabalho, podemos ainda dizer que vemos este dia com tanto fervor, com a mesma raiva e indignação que agitaram as massas operárias em 1886?

Em boa verdade, o 1º de Maio hoje não parece passar de uma celebração meramente simbólica. Um marcar de datas cada ano, cada vez mais desprovido do conteúdo político que lhe deu origem, e que animou as enchentes de trabalhadores portugueses em 1974, livres por fim de se manifestarem abertamente. No quadro de uma esquerda que renunciou à luta dos trabalhadores em prol da escaramuça de gabinete, de facto o 1º de Maio parece não passar de uma memória romantizada de um passado glorioso — muito à moda dos sistemas decadentes, diga-se.

Vale a pena, então, ir para a rua no próximo dia um? Para responder a estas questões precisamos de abordar dois pontos 1) a História do Dia Internacional do Trabalhador; e 2) que reivindicações podem hoje dar sentido ao Dia do Trabalhador.

A HISTÓRIA DO DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR

A História do 1º de Maio está ligada à luta pelas 8 horas de trabalho diárias, aliás, a primeira vez que surgiu a ideia de um dia dedicado à luta dos trabalhadores foi na Austrália, em 1856, no seguimento de uma imensa greve pela redução do horário laboral, na altura marcada para o dia 21 de Abril. Tal foi o impacto que o evento teve sobre as massas trabalhadoras que o dia passou a ser celebrado anualmente. A ideia de um dia de greve, com manifestações e entretenimento dedicadas à classe operária foi, em 1886, aproveitada pelos trabalhadores dos Estados Unidos da América, que alteraram a data para os princípios de Maio. Nos EUA, as 8 horas de trabalho já haviam sido esta-

belecidas por lei em 1867, mas os capitalistas ignoravam-na. As condições de trabalho deterioravam-se, e a luta pela redução do horário laboral sem sofrer perdas no salário tornava-se urgente. Os sindicatos marcaram o primeiro dia de Maio para uma manifestação em massa, que contou com centenas de milhares de trabalhadores. Dias depois, numa manifestação em Haymarket, Chicago, uma bomba foi detonada sem nunca se conhecer o seu autor. Isto bastou para o aparelho repressivo da polícia disparar sobre a multidão, matando vários trabalhadores. A repressão dos trabalhadores estadunidenses sempre foi violenta, mas seria esse momento que daria origem a uma luta internacional pelas 8 horas, na defesa dos trabalhadores dos EUA e em memória dos mortos de Maio.

No primeiro Congresso da Segunda Internacional, em Paris de 1889, o 1º de Maio foi oficializado como feriado internacional pertencente à classe trabalhadora, o Dia do Trabalhador. Desde aí até hoje as forças repressivas do Estado capitalista, em instâncias auxiliadas pelas direcções dos trabalhadores, procuraram reprimir as

manifestações ou ofuscar o seu real sentido, cobrindo-as de um ritual entorpecedor. Durante o fascismo em Portugal, o 1º de Maio era vedado a operários e camponeses, sendo exclusivo de algumas profissões, não para se manifestarem mas para celebrar o corporativismo.

A importância deste dia foi provada pela extraordinária manifestação no 1º de Maio de 1974. Libertados do fascismo, os trabalhadores portugueses saíram à rua na exigência dos direitos há tanto tempo negados, quando o Dia do Trabalhador fazia então 85 anos; deram fôlego à Revolução! Não fará, então, sentido ter este dia? Fazemos nossas as palavras de Rosa Luxemburgo:

«De facto, o que poderia dar aos trabalhadores mais coragem e convicção na sua força senão um dia de greve que eles próprios tivessem determinado? O que poderia dar mais coragem ao escravo eterno das fábricas e oficinas do que apelar às suas próprias hostes?»¹

O DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR HOJE

É agora necessário desenvolver o segundo ponto: como traduzir o Dia do Trabalhador para a realidade presente. A luta pelo horário de trabalho reduzido, como vimos, tem sido a sua grande bandeira, que ainda hoje é preciso hastear. A conquista das 35 horas de trabalho semanais para todos os trabalhadores em Portugal está por fazer. Não há vitória enquanto os milhares de trabalhadores do sector privado continuam sob o regime das 40 horas — ou mais: trabalham mais horas que os seus companheiros do sector público, sem retorno salarial! O capital acumula-se através deste sobretrabalho; as mãos do trabalhador — seja ele operário de fábrica ou operário de call-center — produzem o lucro de quem o explora. Qualquer organização da classe trabalhadora percebe

¹ Traduzido do artigo «What Are the Origins of May Day?», 1894.

que a redução do horário de trabalho é uma luta fundamental e, por ser esse o núcleo da exploração capitalista, é uma luta da qual não podemos arredar. A jornada de trabalho deve ser a mais curta possível para garantir a vida digna de quem trabalha, com o tempo necessário ao descanso, permitindo aos trabalhadores a oportunidade de se desenvolverem política e culturalmente.

Para atingir este fim, não nos podemos limitar a exigir mudanças legislativas. De que vale um decreto em papel quando na realidade é violado repetidamente? O que temos é a proliferação dos meios para a precarização dos trabalhadores em geral, que trabalham tempo inteiro em “tempo parcial” por ninharias, que esgotam num mês as suas forças para serem logo substituídos por outros, que até no dia de descanso recebem chamadas para voltar ao posto. A fome do capital pelo sobretrabalho é insaciável. Nesta luta não podem haver meios-termos. O nosso objectivo é a redução do horário de trabalho até garantir o pleno emprego!

SOLIDARIEDADE INTERNACIONAL

Falta-nos tratar de um aspecto do 1º de Maio. A génese deste dia é também a solidariedade internacional, tal como quando os trabalhadores de todo o mundo se ergueram em memória dos seus companheiros norte-americanos mortos pelas 8 horas. Num discurso proferido em 1924, Trotsky aponta mais duas vertentes do Dia do Trabalhador: o internacionalismo proletário e o antimilitarismo. Como não lembrar tais palavras de ordem, como não injectar o seu sentido mais uma vez no 1º de Maio, quando vemos os golpes que o imperialismo desfere sobre todos os explorados de todo o mundo? Nesta sua fase final, de decadência, a besta do capitalismo luta pela sua sobrevivência.

Assim acontece na China onde Hu Xufang, camarada do CIT, foi obrigado a fugir do país com a família, onde a própria organização é banida e os seus militantes reprimidos — aliás onde qualquer oposição ao

regime é reprimida —; assim acontece em Hong Kong onde quatro legisladores eleitos em Setembro passado para o Legco (órgão legislativo semi-eleito), um deles um conhecido socialista radical, estão agora em vias de ser expulsos; assim acontece na Rússia onde, em Março, centenas de manifestantes foram presos nos protestos de massas contra o governo de Putin; assim acontece — e é talvez o caso mais gritante — na Irlanda onde dezoito manifestantes contra a privatização da água em Jobstown serão julgados, e onde um menor de 17 anos foi já condenado sob acusações falsas. A nossa solidariedade é estendida a estes e todos os outros camaradas.

Hoje, quando os Estados liberais extenuaram as suas forças e a esquerda enveredou pelos caminhos do reformismo, as ideias mais reacionárias criam raízes. Como acontece nos EUA, cujo presidente pretende dar novo fôlego à conquista imperialista de mercados, sempre à custa dos trabalhadores, justificando a guerra como uma defesa contra o “islão radical”, qual paladino das novas cruzadas. Neste próximo 1º de Maio estendemos a nossa solidariedade a todos os trabalhadores que vivem sob o terror do imperialismo e, em particular, à classe trabalhadora síria, que é atacada pelo imperialismo dos EUA e por um regime ditatorial.

Ontem como hoje o capitalismo mostra as suas garras; os prantos que assolam a classe operária mundial não se esfumam perante a força da vontade enquanto esta se mantiver na lógica do sistema capitalista, seja 1886 ou 2017. A sofreguidão de lucro é a própria natureza do capitalismo. O sistema adapta-se, evolui, toma novas formas, encontra formas de quebrar a resistência conforme as circunstâncias históricas que o envolvem. É nossa função tomar essas circunstâncias a favor da classe operária, agitá-la por todos os meios de que dispomos. Por isso respondemos: sim, vale a pena! Todos à manifestação do Dia do Trabalhador!

**PELAS 35 HORAS SEMANAIS PARA TODOS JÁ!
POR UM PLANO NACIONAL DE PLENO EMPREGO!
EM SOLIDARIEDADE COM TODAS AS VÍTIMAS DO IMPERIALISMO!
VIVA O DIA INTERNACIONAL DO TRABALHADOR!**

“PAZ, PÃO E TERRA”: O PROGRAMA DOS BOLCHEVIQUES



Assembleia do Soviete de Petrogrado, 1917, autor desconhecido

ESTE É O TERCEIRO DE UMA SÉRIE DE ARTIGOS QUE “A CENTELHA” IRÁ PUBLICAR AO LONGO DESTA ANO SOBRE A REVOLUÇÃO RUSSA

Gonçalo Romeiro

Entrava-se no mês de Maio (de acordo com o antigo calendário Juliano) e o ritmo dos acontecimentos era alucinante. A situação de duplo poder, analisada no artigo “*Cem anos das Teses de Abril*” publicado no número anterior d’A Centelha, levou a uma crise revolucionária de disputa de poder entre o Governo Provisório e o Soviete de Petrogrado que se encontrava num impasse. A VII Conferência de Toda a Rússia do Partido Bolchevique reuniria no final de Abril para discutir que programa era necessário para resolver este impasse a favor da esmagadora maioria: os operários, soldados e camponeses.

O GOVERNO PROVISÓRIO E O SOVIETE DE PETROGRADO

A revolução de Fevereiro conquistou, em apenas 8 dias, as liberdades democráticas para as massas pobres da Rússia. Concluiu-se assim, em tempo *record*, a primeira revolução. As novas liberdades possibilitaram o crescimento rápido das organizações operárias e camponesas. O Partido Bolchevique passou de 20.000 membros nas vésperas da revolução para 80.000 em finais de Abril, enquanto sovietes de deputados operários, soldados e camponeses se organizavam por toda a Rússia e disputavam o poder com o antigo parlamento czarista, a *Duma*, e com o seu Governo Provisório.

No entanto, o Soviete de Petrogrado encontrava-se inicialmente dominado pelos partidos oportunistas, os Mencheviques¹ e

¹ Os mencheviques eram uma organização com centenas de milhares de militantes operários mas com uma direcção da pequena-burguesia urbana e,

Socialistas Revolucionários², e estes apoiavam e participavam no Governo Provisório, dominado por capitalistas e latifundiários. Esta aliança entre as organizações dos trabalhadores e da burguesia, como dissemos, a primeira Frente Popular, criava um impasse que mantinha todos os problemas mais urgentes das massas por resolver. Os operários, os soldados e os camponeses pobres exigiam a Paz, o Pão e a Terra!

por isso, as suas posições eram oportunistas, reflectindo essencialmente os interesses dessa cúpula.

² O Partido Socialista Revolucionário era a maior organização de esquerda da Rússia, com vastas bases camponesas, ou seja, com uma composição de classe heterogénea — compreendia pequenos proprietários, trabalhadores assalariados, rendeiros e arrendatários de terra. Note-se que este partido não tem qualquer relação política ou histórica com o Socialismo Revolucionário — secção portuguesa do Comité por uma Internacional dos Trabalhadores.

Depois de 2 meses de revolução tornava-se cada vez mais clara a oposição de interesses entre o Governo Provisório e o povo trabalhador do antigo império russo. No dia 8 de Março era negado o direito à autodeterminação da Finlândia, o mesmo sucederia com a Polónia no dia 17. Dois dias depois, a 19 de Março, o governo atacava os camponeses pobres por ocuparem terras dos latifundiários que, controlando milhões de hectares, mantinham os camponeses na mais profunda miséria, só agravada pela carnificina da guerra mundial.

Entretanto a oposição à guerra crescia. A 14 de Março a pressão de operários e soldados tinha forçado o Soviete de Petrogrado a declarar-se pela paz. No dia 18 do mesmo mês, enquanto tinham lugar manifestações a assinalar o Dia Internacional do Trabalhador, um telegrama assinado por Miliukov, ministro dos Negócios Estrangeiros, e por todo o Governo Provisório, assegurava à Inglaterra, França e Estados Unidos que a Rússia não assinaria uma paz separada com a Alemanha, a Austro-Hungria e a Turquia Otomana e que continuaria a guerra com base nos objectivos imperialistas do regime czarista. Quando notícias deste telegrama são divulgadas, os operários e soldados saem massivamente às ruas, em armas, contra a política de guerra do governo. Em resposta os Cadetes³, que dominavam o governo, mobilizaram as chefias do exército e as classes médias, verificando-se alguns confrontos.

A duplicidade do Governo Provisório estava exposta perante as massas revolucionárias, em breve também se tornaria crescentemente claro que os Mencheviques e Socialistas Revolucionários tinham capitulado aos interesses capitalistas e funcionavam, agora, como agentes do imperialismo no seio do movimento operário. Depois de 3 dias de protestos em Petrogrado, o Comité Executivo do Soviete de Petrogrado declarava o Estado de Sítio por 48 horas. A 30 de Abril Kerensky, líder dos Socialistas Revolucionários e vice-presidente do Sovie-

³ Partido dos democratas constitucionistas. O seu nome oficial era Partido da Liberdade do Povo e era composto de liberais que pertenciam às classes abastadas.

te, substituiu o cadete Alexander Guchkov como Ministro da Guerra, depois deste ser demitido sob pressão das massas. Kerensky, em paralelo com os outros dirigentes da Segunda Internacional no ocidente, vai passar as próximas semanas a visitar as várias frentes de guerra, incitando os soldados a cumprir “o seu dever”.

Este evento representou um momento de viragem na revolução a favor dos bolcheviques. A questão da guerra e da paz era central, e o governo acabava de demonstrar a verdadeira face do chamado “defencismo revolucionário”: não se tratava de defender a revolução, mas sim de proteger os interesses capitalistas que dominavam o governo e que continuavam de olhos postos nos mercados e colónias que esperavam conquistar com a guerra. Não podiam acabar com a guerra, no entanto, também não podiam vencê-la.

“A contradição entre as massas revolucionárias nos sovietes por um lado, e o governo provisório e seus apoiantes por outro, aumentava. Agora era necessário um programa e uma direcção revolucionária.”

A sua crise tornou-se crescentemente a crise dos partidos oportunistas, que se sujeitavam ao programa da burguesia. A contradição entre as massas revolucionárias nos sovietes, por um lado, e o governo provisório e seus apoiantes por outro, aumentava. Agora era necessário um programa e uma direcção revolucionária.

“PAZ, PÃO E TERRA” E “TODO O PODER AOS SOVIETES”: O PRIMEIRO PROGRAMA DE TRANSIÇÃO

Era urgente dar resposta à crise revolucionária. Com esse objectivo o Partido Bolchevique reuniu no final de Abril. A VII Conferência de Toda a Rússia veio concluir um mês de intensa discussão em torno das *Teses de Abril*: o programa revolucionário proposto por Lenin. Para enquadrarmos esta discussão, e as suas conclusões, temos de realçar uma vez mais a importância da questão da guerra para as massas revolucionárias e,

por conseguinte, para o desenrolar do processo revolucionário.

Começa assim a *Resolução sobre o Momento Actual* da Conferência: “*A guerra mundial, gerada pela luta dos trusts mundiais e do capital bancário pela dominação do mercado mundial, conduziu já à destruição em massa de valores materiais, ao esgotamento das forças produtivas e a uma expansão tal da indústria de guerra que até a produção do mínimo imprescindível de artigos de consumo e meios de produção se torna impossível. Deste modo, a guerra actual conduziu a humanidade a uma situação sem saída e colocou-a à beira da ruína.*”

Para resolver a questão do “Pão”, i.e., da fome generalizada, ilustrada pelas famosas filas intermináveis de operários e operárias, e a razão pela qual as 7000 heróicas operárias de Petrogrado saíram às ruas, dando iní-

cio à revolução, era necessário acabar com o fardo da guerra. Mas, como vimos, o Governo Provisório estava atado por mil laços à política imperialista. Só um governo dos sovietes, nas palavras de Trotsky um “*governo revolucionário dos trabalhadores*”, seria capaz de levar a cabo uma política de paz democrática com todas as nações beligerantes, na base da total renúncia de qualquer forma de anexação ou indemnização. Só assim seria possível ganhar a confiança do proletariado internacional, dar continuidade à fraternização entre os soldados russos e alemães na Frente e levar a revolução ao ocidente.

Finalmente, num país onde a vasta maioria da população era composta por camponeses pobres, onde os soldados eram na sua maioria camponeses, tornava-se indispensável resolver o seu problema mais imediato: o da terra.

Os bolcheviques identificaram o problema na *Resolução sobre a Questão Agrária*:

“A existência da propriedade latifundiária da terra na Rússia constitui o baluarte material do poder dos latifundiários feudais e uma garantia da possível restauração da monarquia. Esta propriedade da terra condena inexoravelmente a massa imensa da população da Rússia, o campesinato, à miséria, à vassalagem e ao embrutecimento, e todo o país ao atraso em todas as esferas da vida.”

Era necessário quebrar o poder dos latifundiários mas, uma vez mais, não seria o Governo Provisório, independentemente da fraseologia socialista dos líderes mencheviques e socialistas revolucionários, a levar a cabo a expropriação dos exploradores.

“ Fica assim clara a estreita ligação entre as necessidades mais ... urgentes do povo trabalhador ... com a questão da tomada do poder, a ligação entre as duas palavras de ordem bolcheviques mais famosas, “Paz, Pão e Terra!” e “Todo o poder aos Sovietes!”.

Essa tarefa titânica teria de ser cumprida pelos próprios camponeses pobres, proletários e semi-proletários rurais organizados em soviets.

Fica assim clara a estreita ligação entre as necessidades mais básicas e urgentes do povo trabalhador da Rússia com a questão da tomada do poder, a ligação entre as duas palavras de ordem bolcheviques mais famosas, “Paz, Pão e Terra!” e “Todo o poder aos Sovietes!”. Só os bolcheviques tinham, como afirmou John Reed no seu livro “Os dez dias que abalaram o mundo”, um programa claro. Esse programa ganhou, no decurso dos 8 meses até à Revolução Socialista de Outubro, a maioria dos operários, soldados e camponeses, que entenderam assim a necessidade de romper os limites do capitalismo e tomar o poder nas suas próprias mãos.

Esta ligação entre as exigências imediatas do povo trabalhador e a necessidade de romper com o capitalismo e tomar o poder, dando a essas exigências um carácter transitório, nasceu, assim, da experiência da Revolução Russa. Esta experiência foi mais tarde sintetizada por Leon Trotsky no documento fundador da IV Internacional, o

“Programa de Transição para a Revolução Socialista”. Assim escreveu Trotsky em 1938: “É necessário ajudar as massas no processo da luta diária a encontrar a ponte entre a exigência presente e o programa socialista da revolução. Esta ponte deve incluir um sistema de medidas transitórias, decorrentes das condições presentes e da consciência presente de amplas camadas da classe trabalhadora e inevitavelmente conduzindo a uma conclusão final: a conquista do poder pelo proletariado.”

Hoje, na época da maior crise estrutural do capitalismo, crise que começou há uma década e ainda não tem fim à vista, esta experiência é mais vital que nunca. Hoje, as

palavras de Rosa Luxemburgo, “Socialismo ou barbárie!”, resumem uma vez mais a situação mundial. Tal como na Rússia de 1917, o capitalismo e todos os seus apologistas são incapazes de responder às exigências mais básicas do povo trabalhador. A luta contra o flagelo do desemprego e da precariedade, em defesa dos serviços públicos e do planeta, coloca-nos inevitavelmente em choque frontal com um capitalismo apodrecido. A guerra ameaça colocar de novo a humanidade à beira da ruína. E quantas mais oportunidades nos restam antes de uma catástrofe climática?

Temos de nos interrogar: que programa, que tipo de governo, que perspectiva precisamos para sair deste impasse?

REVOLUÇÃO PERMANENTE E INTERNACIONALISMO

Como explicámos nos “Cem anos das Teses de Abril”, se o proletariado russo teve de conquistar os direitos democráticos contra a burguesia, se só o proletariado podia garantir a manutenção de tais direitos, se a realização das suas necessidades mais urgentes só era possível pela sua mão, então

a tomada do poder através dos soviets só podia significar uma coisa: a transição da primeira fase da revolução para a segunda, da república democrática para a república socialista, tal como explicado por Trotsky desde 1906 na sua teoria da Revolução Permanente.

Mas havia outro aspecto essencial para Lenin e Trotsky. A Rússia era um dos países mais atrasados da Europa e a sua revolução, no contexto da guerra mundial, tinha um carácter inevitavelmente internacional. Dizia Trotsky em 1905 fazendo o balanço da primeira revolução russa: “A emancipação política da Rússia liderada pela classe trabalhadora (...) fará dela a iniciadora da li-

quidação do capitalismo mundial”; um ano mais tarde acrescentaria “Se o proletariado russo, tendo temporariamente conseguido o poder, não carrega por sua iniciativa própria a revolução para solo europeu, será compelido a fazê-lo pelas forças da reacção feudal-burguesa europeia.”

Voltando a 1917 e à Resolução sobre o Momento Actual aprovada na VII Conferência, podemos ver como colocavam os bolcheviques a questão, declaravam: “(...) a previsão dos socialistas do mundo inteiro, que, no Manifesto de Basileia de 1912, assinalaram unanimemente a inevitabilidade da revolução proletária em relação precisamente com a guerra imperialista (...) A revolução russa é apenas a primeira etapa da primeira das revoluções proletárias geradas inevitavelmente pela guerra.”

Infelizmente faltou uma direcção revolucionária experimentada quer a ocidente, quer a oriente, que permitisse a vitória da revolução mundial, apesar dos feitos heróicos do proletariado internacional nas revoluções húngara, alemã, italiana, chinesa e mais tarde espanhola.

Chegamos ao século XXI para ver de novo o capitalismo mundial mergulhado em

crise e guerra, as burguesias aliam-se às ditaduras mais reaccionárias para, com elas, levar a cabo a pilhagem de nações inteiras. Hoje, tal como há cem anos, qualquer revolução terá inevitavelmente um carácter internacional, como vimos aliás com o caso da Tunísia e do Egipto em 2011. As Teses de Abril concluem com a necessidade da construção de uma nova Internacional revolucionária, a tarefa que o Comité por uma Internacional dos Trabalhadores luta ainda por cumprir.

Na sua agonia, a única solução que a burguesia encontra para fazer aumentar os seus lucros é intensificar a exploração do povo trabalhador, destruir todas as suas conquistas passadas. De novo, é impossível dar resposta às necessidades mais imediatas do proletariado sem levantar a necessidade de romper com o sistema capitalista. Recordemos a dura lição que os representantes do capitalismo europeu ensinaram ao povo trabalhador grego quando este elegeu um governo reformista. De pouco valeu a Vouroufakis, ex-ministro das finanças grego, dizer que queria salvar o capitalismo. Tam-

bém Mariana Mortágua não devia alimentar ilusões na capacidade da esquerda salvar o sistema de si próprio, como fez há uns meses num encontro do Partido Socialista. Esse salvamento, a ser feito, não o será através de reformas progressistas, mas da mais brutal destruição das forças produtivas e da vida de milhões de pobres por todo o mundo, como aconteceu por duas vezes no século XX. Nunca será demais recordar: não foram os belos discursos da social-democracia ou os sonhos de reformas progressivas que abriram as portas ao crescimento económico do pós-Guerra e ao Estado Social. Foi, precisamente, a destruição da guerra e a ameaça constante do bloco soviético.

Hoje, vemos as consequências de alianças inter-classistas na América Latina com o regresso da direita conservadora ao poder no Brasil e na Argentina. Vemos, em Portugal, que a Geringonça consegue disfarçar cada vez menos a sua política de austeridade depois de presentear, com o dinheiro dos trabalhadores, o Novo Banco aos especuladores estadunidenses e já avança com

propostas de aumento da idade da reforma. A tarefa que se coloca perante a esquerda socialista é a luta por governos 100% anti-austeridade, que rompam os limites impostos pelo capitalismo, nomeadamente os da União Europeia (UE), e se baseiem na mobilização e organização do povo trabalhador a nível nacional e internacional. Para isso é preciso romper com o bipartidarismo construindo um pólo alternativo de esquerda, através de uma Frente Unida de todos os trabalhadores, que junte pela base as principais organizações e movimentos à volta de um plano de acção comum.

Devemos rejeitar qualquer ilusão em soluções nacionalistas, o proletariado em Portugal só poderá vencer na base da mais estreita aliança com o proletariado na Europa e no Mundo. A luta pelo controlo democrático da economia, que enfrentará a mais violenta oposição da UE dos banqueiros e senhores da guerra, só poderá ser feita com sucesso na base de uma visão internacionalista, na base da luta por uma Europa Socialista.



A INDÚSTRIA DOS CALL CENTERS: “O RITMO DAS CHAMADAS É QUE NOS GERE”

A CENTELHA ENTREVISTOU DANILO MOREIRA, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS TRABALHADORES DE CALL CENTER. NA NOSSA BREVE CONVERSA, DANILO MOREIRA DEU-NOS UM PEQUENO TESTEMUNHO DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO E DE LUTA NESTE SECTOR.

A Centelha: Quando começaste a trabalhar num call center?

Daniilo Moreira: Comecei a trabalhar a *part-time* num call center há 20 anos. Depois trabalhei 7 anos no turismo e mantive em paralelo um *part-time* em call center. Retomei este trabalho a tempo inteiro há 10 anos. Nestes anos estive maioritariamente como assistente, mas também fui supervisor durante 1 ano e estive 5 anos no departamento de qualidade e formação. Trabalhei para várias empresas, quer clientes quer empresas de trabalho temporário (ETT).

AC: Que condições de trabalho enfrentam os trabalhadores de call center?

DM: As condições são péssimas, a vários níveis. Há falta de formação e os recursos informáticos são muitas vezes obsoletos, o que se torna fonte de stress. Depois não conseguimos controlar o ritmo das chamadas. Os programas informáticos é que gerem esse fluxo. No caso das chamadas aos clientes, o sistema faz mais chamadas do que o número de operadores disponíveis, de modo a não deixar ninguém parado. As empresas não estão preocupadas se ligam repetidamente para os clientes ou se estes ficam em espera. Com este ritmo muitas vezes não se tem tempo nem para respirar. Na maior parte dos serviços, a cada 4 horas, o trabalhador tem direito a 12 minutos de intervalo, mas nem sempre os goza, porque há chamadas em espera. Até ir à casa de banho é complicado.

Há muita pressão com o tempo médio de atendimento. As chamadas são gravadas e avaliadas. Há avaliações com alguém ao teu lado a escutar a chamada e a ajudar, e há as avaliações remotas, que podem ser em direto ou a partir do sistema de gravação. Isto é bastante rigoroso e há pessoas despedidas por não alcançarem os parâmetros de qualidade exigidos, outras por causa do



tempo médio das chamadas. Há pressão psicológica, problemas ao nível da audição, costas, tendinites, visão e até respiratórios, devido aos de ares-condicionados e alcatifas não serem limpos. Há salas que chegam a ter 200 e 300 pessoas diariamente sem qualquer luz natural ou ventilação. A maior parte do pessoal que trabalha em call center tem baixas devido a *burnout* [desgaste]. Recentemente saiu um estudo. Em 200 operadores de call center avaliados, 50% estavam em *burnout* severo. Estas razões levam-nos a considerar o nosso trabalho como uma profissão de desgaste rápido. É como um trabalho industrial, nós não conseguimos gerir o ritmo, o ritmo é que nos gere.

AC: Como é que o STCC surgiu? Como se organiza?

DM: O STCC surgiu através do ‘Tás Logado?’, um folheto que distribuimos em call centers. Tem esse nome porque só estamos a ser remunerados quando fazemos *login* no sistema informático. Depois começámos a organizar-nos para criar o sindicato, que faz agora 3 anos em Abril. Está legalizado e estamos com força para mudar as coisas. Somos um sindicato autónomo, a direcção, em conjunto com os trabalhadores, vê como

actuar. Todos os membros da direcção são trabalhadores de call center. Nós temos reuniões mensais, onde desenhamos as estratégias. Há decisões que conseguimos executar imediatamente, mas outras que têm de ser feitas com os sócios, que sabem melhor as realidades dos locais onde trabalham, porque apesar dos call centers serem todos semelhantes, há certas particularidades. As estratégias devem ser delineadas em conjunto com aqueles que estão no terreno específico.

AC: Quais são as vossas reivindicações?

DM: Os call centers surgiram no princípio dos anos 1990, e é um sector que cresceu bastante, mas desregulado. Por isso as nossas reivindicações são regulamentar o sector. Os tempos de pausa não estão organizados, e nós falamos muito disso porque, uma vez que não conseguimos gerir o nosso ritmo de trabalho, as pausas são uma necessidade básica. Queremos regulamentar os períodos de pausa para 6 minutos por hora. Outra pretensão nossa é que haja espaço entre chamadas. Por exemplo, em Espanha eles têm 15 a 25 segundos entre chamadas, o que já permite respirar um pouco. Queremos também que os trabalhadores sejam formados. Não

recebemos a formação que permita conhecer o serviço e mexer nas aplicações informáticas. Têm de haver formações contínuas. Além disto, não há progressão salarial! Eu estou no mesmo trabalho há 10 anos e o meu ordenado é o mínimo. Só conheço 4 call centers com progressão salarial, num universo de 442! Depois há a questão das Empresas de Trabalho Temporário (ETTs). Estimamos que 80% a 90% dos trabalhadores estão nesta situação, e nesta realidade existem contratos mensais, quinzenais, e até diários, além de casos de recibos verdes, e até remuneração à tarefa. Os imensos lucros das empresas vão para os accionistas e para as administrações. E além das empresas utilizadoras, existe a ETT, com outra administração a ganhar, a distribuir pelos sócios e a pagar o mínimo. Tem de existir um interesse político no sentido de limitar a existência das ETTs. Uma empresa que tem 1000 trabalhadores, não pode ter 800 trabalhadores em trabalho temporário. O próprio trabalho temporário através destas empresas está mascarado como formação. Outra das principais reivindicações que apresentamos é o nosso trabalho ser considerado uma profissão. Já entregámos uma petição em Outubro de 2016 e tivemos várias reuniões com os grupos parlamentares. No mês passado tivemos a discutir esta petição no grupo de trabalho e teremos uma audição a ver o que fica regulamentado. Esperamos que sejam regulamentadas as coisas básicas, como sermos considerados profissão, os intervalos e a questão de 25% do tempo de trabalho ser para formação. Ou seja, que na prática, por cada 6 horas a atender clientes e a fazer chamadas, existam 2 horas dedicadas a for-

mação ou *backoffice*. No Brasil, e salvo erro em Itália, esta profissão é reconhecida como trabalho exigente e desgastante. Através da luta dos trabalhadores a situação foi regulamentada. Outro objectivo é ter pelo menos um delegado em cada call center, porque permite organizar plenários na empresa, durante o horário de trabalho e permitir que os trabalhadores discutam as suas realidades e organizem as estratégias de luta.

AC: Quantos trabalhadores de call center existem e quantos são sindicalizados?

DM: Neste momento estima-se que sejam à volta de 100 mil em Portugal. Sindicalizados, deveremos ter cerca de 260 activos. Quem se sindicaliza pode fazê-lo no recibo de vencimento e a empresa fica a saber, ou então pode fazê-lo de forma a que empresa não saiba. Há trabalhadores que recebem retaliações. Só os delegados sindicais da própria empresa podem distribuir [folhetos] internamente e o que temos feito para quebrar o medo é dar a cara. Porque as empresas não querem saber se o trabalhador é bom. Há quem comece a trabalhar em *outsourcing* e passe a contratação directa, o que significa que progrediu na carreira, a empresa faz renovação extraordinária [do contrato] mas, à terceira renovação, despede a pessoa só para não a passar a efectiva. Por isso, no geral, os trabalhadores sindicalizados são os que têm melhor protecção, embora quem tenha um contrato diário ou semanal, continue a estar vulnerável. Antes de aparecer o STCC eu já fui sindicalizado noutros sindicatos, no sentido de estar protegido e ter acesso privilegiado a informação e orientação. Cada sindicato conhece o seu sector.



Nós já resolvemos algumas coisas pela lei, mas outras bastou distribuir o ‘Tás Logado’ à porta das empresas. Há várias formas de luta e nem todas têm de passar pela lei e por isso é importante haver acção sindical organizada.

AC: Qual foi o impacto da greve que realizaram no dia 28 de Março?

DM: O impacto foi bastante bom porque essa empresa, a Teleperformance, criou a sua própria ETT há 20 anos. Como resultado da greve, alguns trabalhadores estão a passar para contratação directa e está a ser discutida a regulamentação de um prémio. Foi extremamente importante porque essa empresa nunca reconheceu o STCC como representante dos trabalhadores. Esta empresa tem na sua maioria contratos muito precários, no entanto, é onde temos o maior número de associados e todos com o objectivo comum de desenvolver acções de luta. [A greve] foi um primeiro passo para os trabalhadores acreditarem que lutando conseguem as suas reivindicações. Pelos menos duas partes do problema estão a ser resolvidas: a contratação directa e o aumento do salário.

AC: Qual a ligação do STCC a outras organizações políticas e sindicais?

DM: A nossa relação é aberta no sentido que falamos com todas as organizações que lutem contra a precariedade. Já pedimos reuniões com outros sindicatos do nosso sector, das telecomunicações, mas também de outros sectores como banca, seguros ou saúde. Nós estamos abertos a todo o tipo de discussões, porque o que nos interessa é resolver o problema base e até queremos fazer acções conjuntas seja com um sindicato da UGT, da CGTP ou independente. Já fizemos 2 debates no âmbito da petição e participámos em várias manifestações e debates a convite de outras organizações. Quem esteja realmente interessado em resolver os problemas dos call centers não pode pensar de forma isolada porque os grupos económicos estão bem unidos.

AC: Obrigado, Danilo.

HOLANDA: O BIPARTIDARISMO EM RUÍNAS



No cartaz lê-se "Não deixe Wilders ser o nosso Trump" na Marcha de Mulheres

António Pinto

A crise capitalista trouxe consigo alterações profundas no contexto social, económico e político. No seio político, apresenta-se sob a crise do bipartidarismo, que depois da implosão do Pasok, na Grécia, e, em menor grau, do PSOE, no Estado Espanhol, se manifesta pela esquerda com o crescimento de fenómenos de massas, como a campanha de Sanders, nos EUA, e a de Corbyn, no Reino Unido. Porém, manifesta-se também pela direita, com o crescimento da direita populista e nacionalista, na Áustria protagonizado por Norbert Hofer, do FPÖ, e na Hungria por Gábor Vona, do Jobbik, e com a chegada ao poder de figuras racistas, sexistas e xenófobas, como Trump, nos EUA. Com o crescimento desta direita, a política mundial afunda-se num clima de tensão nacionalista que coloca as potências mundiais em confronto e se concentra, em especial, na interminável guerra da Síria.

É, portanto, num clima de polarização

política que se dá a queda dos partidos e coligações do centro conservador ou neoliberal, onde se inserem também os resultados das eleições na Holanda, que tiveram lugar no passado 15 de Março. Assim, apesar do partido de centro liberal, o VVD de Mark Rutte, se manter no governo, a anterior coligação governamental, neoliberal e austertária, que este liderava, em conjunto com o partido da ex-social-democracia, o Labour Party (PvdA), perde um vasto número de assentos parlamentares. O maior derrotado é o Labour Party de Dijsselbloem, que perde 29 dos anteriores 38 lugares no parlamento. Dos 25% de votos na antiga coligação de governo, apenas lhe correspondem 5.7%, ficando com 9 lugares. Já o VVD perde 8 assentos, mantendo-se, no entanto, como partido de maiores dimensões parlamentares, com 33 lugares, mas sem maioria, e terá, desta vez, de contar com pelo menos 4 partidos, para formar uma nova coligação governamental.

Contrariamente ao previsto pelas sonda-

gens de Janeiro de 2016, que apontavam para a chegada aos 37 lugares pelo PVV, de Geert Wilders, partido de extrema-direita de carácter populista, nacionalista, racista e islamofóbico, este apenas obtém mais 5 lugares do que em 2012. No entanto, apresenta-se como a segunda força parlamentar, com 20 assentos. A retórica populista e nacionalista característica da direita a nível internacional foi utilizada não só pelo PVV de Wilders, mas também por outros grandes partidos durante a campanha, como o VVD, o PvdA ou os Democratas Cristãos (CDA). Todos estes partidos adotam discursos populistas e nacionalistas de suposta defesa dos interesses dos desempregados holandeses, atacando para isso os migrantes.

As perdas da anterior coligação liberal, do VVD e do PvdA, foram capitalizadas, sobretudo, pela esquerda liberal (Esquerda Verde e Democratas 66), mas também pelos conservadores CDA, sendo os três partidos com mais ganhos nestas eleições. Já o Partido Socialista (SP), apenas perdeu um

assento parlamentar, ficando com 14, não tendo aproveitado o clima anti-austertário para se mostrar uma força de oposição socialista, sucumbindo à estagnação devido ao abandono de um programa socialista e por não representar os interesses da classe trabalhadora na Holanda. Os D66 ficam em pé de igualdade com os CDA, com 19 assentos parlamentares. A Esquerda Verde (GL), antigo partido do "establishment", liberal, pró-migração e pró-ambiente, foi o que melhor soube captar a queda do centro, tendo conseguido 10 assentos, um crescimento significativo relativamente aos seus anteriores 4 lugares no parlamento. Esta subida deve-se à aposta em políticas de financiamento do ensino superior, de melhoramento do ambiente e de revogação de isenção fiscal para corporações. No entanto, apesar de co-fundado pelo antigo Partido Comunista, a GL falha também na representação dos interesses da classe trabalhadora, que sentem na pele as consequências de políticas neoliberais, e questionam que tipo de progresso é aquele que a GL aponta ser possível em Capitalismo.

O fim da campanha eleitoral ficou marcado por um grande confronto entre os Estados Holandes e Turco, incentivado pelas forças nacionalistas e reacionárias de ambos os países. Depois do (alegado?) golpe falhado no ano passado, o presidente turco, Tayyip Erdogan, lançou um referendo para reforçar os seus poderes presidenciais. Com medo de

perder o voto popular no referendo Turco, dentro do próprio país, Erdogan optou por fazer campanha com as comunidades Turcas na Europa, e na Holanda em particular, por serem comunidades tradicionalmente mais conservadoras e abertas ao nacionalismo Turco. Por outro lado, o governo e as forças da direita holandesa, aproveitaram esta

rização do panorama político holandês. Não é só a extrema-direita que tem conseguido captar essas perdas, mas também, no pólo oposto, as alternativas de esquerda liberal, embora mantendo as mesmas políticas europeístas e austertárias do centro. Esta queda é também canalizada para partidos "one-issue politics" (em português: os "partidos

“ Embora Rutte tenha saído vitorioso nestas eleições, é evidente uma queda dos partidos liberais do centro, em prol de uma polarização do panorama político holandês.

oportunidade de "ingerência turca", para reforçar a atenção à questão da migração e integração, numa disputa por votos, com uma base nacionalista e islamofóbica.

Enquanto o governo holandês de Rutte expulsou ministros Turcos em campanha para o seu país e Erdogan reforçou a sua imagem de líder patriótico, acusando os holandeses e alemães de serem nazis e racistas, a austertidade e os ataques às pensões e à segurança social perderam a atenção popular e mediática e, conseqüentemente, Wilders perde o seu "trunfo" retórico e a vantagem para o VVD de Mark Rutte.

Embora Rutte tenha saído vitorioso nestas eleições, é evidente uma queda dos partidos liberais do centro, em prol de uma pola-

da política de um único assunto"), como o Partido pelos Animais, partidos de defesa dos interesses dos pensionistas, o 50+ e o SGP, e para o aparecimento do Denk, direcionado para políticas de tolerância quanto à questão dos refugiados.

O exemplo das eleições holandesas demonstra-nos a necessidade de um partido de massas representativo da classe trabalhadora. A retórica nacionalista e populista de direita tem sido utilizada até pelos partidos liberais de centro, que aproveitam o silêncio da esquerda para apelar ao voto da classe trabalhadora, sendo fundamental criar uma alternativa de esquerda forte, que combine a defesa dos interesses dos trabalhadores (na obtenção de maiores salários, pensões estáveis, segurança no local de trabalho, acesso gratuito à saúde, etc.) com a luta por uma sociedade socialista. A derrota de Wilders, e a continuação do governo de Rutte não são motivos para celebração, pois apesar de representar um "não" ao crescimento da extrema-direita na Holanda, pouco nos diz das eleições que ainda estão para decorrer na Alemanha e na França, e representa uma continuação do processo austertário no país. Os problemas sociais que advêm desse processo não serão resolvidos pelo governo nem pelos partidos candidatos a estas eleições. Cabe aos trabalhadores e aos jovens na Holanda, através da sua organização sindical e da sua militância num partido de massas amplo, unir forças na luta contra a austertidade e o capitalismo!

Protesto contra o PVV com o rosto de Geert Wilders, foto de Jasper Jüinen



A Centelha

REVISTA DO SOCIALISMO REVOLUCIONÁRIO - CIT EM PORTUGAL

N.9 MAI / JUN '17 preço 1.00 Solidariedade 2.00

Estivadores festejam a vitória no Congresso dos Deputados em Madrid, foto retirada do website la sexta.com



Bruno Penha

Em 2011 as prestações de serviços nos portos foram reguladas, dando origem às Sociedades Anónimas de Gestión de Estibadores Portuarios (SAGEPs), responsáveis, em cada porto, pelo recrutamento, treino e distribuição dos estivadores pelos operadores portuários, o que permitiu aos estivadores do Estado Espanhol manter a sua segurança laboral e nível salarial. Tal não agradou ao Capital, que tentou liberalizar as condições laborais dos estivadores através de uma denúncia de infracção à legislação da União Europeia: ao obrigar as empresas a dar prioridade à contratação de trabalhadores através das SAGEPs, o Estado Espanhol estaria a restringir a liberdade de estabelecimento tal como ela é definida no artigo 49 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. A 11 de Dezembro de 2014 o Tribunal de Justiça da União Europeia concedeu 2 meses para que o Estado Espanhol fizesse as

alterações necessárias à lei.

Começou então um período de negociações entre o maior sindicato de estivadores do Estado Espanhol, a Coordinadora Estatal de Trabajadores del Mar (CETM), a patronal Asociación Nacional de Empresas Estibadoras y Consignatarias de Buques e o Ministério da Obras Públicas e Transportes, com o objectivo de criar um documento consensual que facilitasse a adaptação da legislação. No entanto as negociações estiveram paralisadas devido à instabilidade política do Estado Espanhol e só foram retomadas em Outubro de 2016 com a chegada ao poder do atual governo conservador do Partido Popular (PP).

Sem esperar que se chegasse a um acordo entre patrões e sindicato, o Ministro das Obras Públicas e Transportes do PP, Iñigo de la Serna, propôs a 24 de Fevereiro deste ano o Real Decreto-Lei 4/2017 que permitiria o despedimento gradual dos 6.500 trabalhadores portuários espanhóis

nos próximos quatro anos. Acabaria também com as SAGEPs, com o objectivo de diminuir o salário dos trabalhadores em 60% e permitir que as empresas de estiva pudessem contratar mão-de-obra não sindicalizada e não treinada. Em resposta, a CETM convocou uma greve intercalada de 9 dias de 6 a 24 de Março e o Conselho Internacional dos Estivadores planeou uma greve de 3 horas na Europa e 1 hora no resto do Mundo no dia 23 de Março em solidariedade para com os colegas do Estado Espanhol.

A proposta de lei não sobreviveu a esta pressão, tendo sido rejeitada a 16 de Março no Congresso dos Deputados — uma vitória para os estivadores, ainda mais significativa tendo em conta que nenhum decreto era rejeitado em Congresso desde 1979. O Socialismo Revolucionário congratula os estivadores pela sua vitória. Toda a solidariedade comos estivadores do Estado Espanhol! Nem um passo atrás!